

METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO SOCIO LÓGICA



**PROBLEMAS E SOLUÇÕES
A PARTIR DE ESTUDOS
EMPÍRICOS**

Coordenação
Manuel Lisboa

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
<i>Manuel Lisboa</i>	
CAPÍTULO I	11
Metodologias de investigação e construção do campo da Sociologia	
<i>Manuel Lisboa</i>	
CAPÍTULO II	43
As metodologias de investigação no estudo das desigualdades sociais: conhecimento científico, políticas públicas e cidadania	
<i>Manuel Lisboa</i>	
CAPÍTULO III	63
Inquéritos sociológicos e construção do campo de observação	
1. AMOSTRAS	67
Construção de amostras estatisticamente representativas	69
<i>Manuel Lisboa</i>	
Amostra por cachos: o caso do inquérito sobre Saúde e Violência Contra as Mulheres, em 2003	76
<i>Manuel Lisboa e Fátima Miguens</i>	
Amostras emparelhadas: o caso do inquérito sobre o Trabalho Infantil em Portugal, a alunos PIEF e do Ensino Regular, em 2007	85
<i>Manuel Lisboa, Fátima Miguens e Joana Malta</i>	
Amostras para observar fenómenos sociais de difícil acesso: o caso do estudo da mutilação genital feminina em Portugal, de 2015.	90
<i>Manuel Lisboa, Rosário Oliveira Martins e Ana Lúcia Teixeira</i>	
2. QUESTIONÁRIOS	95
Questionários para inquéritos sociológicos	97
<i>Manuel Lisboa</i>	
CAPÍTULO IV	117
Trabalho de campo e recolha de dados	

Administração indirecta em inquéritos sociológicos: o caso do inquérito sobre a violência e género aplicado nos Açores, em 2008 <i>Manuel Lisboa e Dalila Cerejo</i>	121
Os dados administrativos e a recolha de informação a partir de processos em papel: o caso da violência contra as mulheres detectada nos Institutos de Medicina Legal de Coimbra e Porto, em 2000 <i>Manuel Lisboa, Zélia Barroso e Joana Marteleira</i>	127
Futuros passados, futuro ausente ou um terraço para outra coisa ainda? Um ensaio sobre usos da memória, teoria e métodos <i>Paula Godinho</i>	131
CAPÍTULO V	163
Tratamento e análise dos dados	
Análise dos dados de inquéritos sociológicos: estatísticas univariada, bivariada e multivariada <i>Ana Lúcia Teixeira</i>	167
O tempo e as sazonalidades na investigação sociológica: construção e análise de séries temporais em estudos sociológicos sobre a criminalidade participada à Polícia Judiciária (1984-1993) <i>Manuel Lisboa, Nelson Lourenço</i>	243
Análise de Conteúdo: um caso de aplicação ao estudo dos valores e representações sociais <i>Ana Roque Dantas</i>	261
Metodologia de detecção de <i>Indicadores de Expressão Emocional no contexto da violência conjugal</i> <i>Dalila Cerejo</i>	287
Custos económicos com a saúde resultantes da violência doméstica contra mulheres, em Portugal <i>Pedro Pita Barros, Manuel Lisboa, Dalila Cerejo e Eliana Barrenho</i>	313
CAPÍTULO VI	347
Desafios futuros na investigação sociológica: a análise sistémica da complexidade.	
Para uma análise intersistémica da violência de género <i>Manuel Lisboa</i>	349
ANEXOS (em suporte digital – CD)	

CAPÍTULO II

As metodologias de
investigação no estudo
das desigualdades sociais:
conhecimento científico,
políticas públicas e cidadania

MANUEL LISBOA

Introdução

A relação entre as desigualdades sociais e os vários tipos de mudanças sociais é algo que interpela o pensamento sociológico de João Ferreira de Almeida e que atravessa a sua excelente obra *Desigualdades e Perspectivas dos Cidadãos – Portugal e a Europa* (2013). Tais desigualdades, socialmente construídas e reproduzidas, também passíveis de serem desconstruídas, têm múltiplas expressões, graus e níveis de interpenetração. Estão associadas à ideia de injustiça (Almeida, 2013: 25) e constituem um obstáculo ao desenvolvimento humano. Nesse sentido, a igualdade faz bem ao desenvolvimento das sociedades em termos económicos, políticos, sociais e culturais. Na primeira década do século XXI, as preocupações ecológicas e ambientais acentuaram, também, a necessidade de introduzir novas dimensões, que permitam a sustentabilidade do ecossistema. A sua materialização na vida quotidiana das pessoas e a consciência que dela vão tendo estão na origem de acção colectiva, de organizações diversas e das políticas públicas do Estado, no sentido da sua superação. Elas têm, por isso, duas dimensões inseparáveis e articuladas dialecticamente entre si: uma orientada para a acção pública, e outra focada na resolução dos problemas das pessoas a quem aquelas se destinam. Neste contexto, faz sentido interrogar qual a investigação que é necessário realizar para atingir tais objectivos. Independentemente de outros factores mais específicos, do nosso ponto de vista, há duas condições que devem estar na base desse conhecimento: ser

socialmente comprometido, sem nunca abandonar os seus pressupostos científicos; nortear-se por critérios éticos, mormente em relação às pessoas que constituem o seu campo de observação.

Os dois exemplos seguintes abordam esses aspectos e dizem respeito a desigualdades expressas através de actos percebidos como violentos ou já criminalizados: da violência em geral contra as mulheres, doméstica e de género, ou contra crianças e jovens, sob a forma de trabalho infantil.

O foco principal dos textos é a violência baseada nas desigualdades de género. Desde os primeiros estudos sociológicos, nos anos oitenta e noventa do século passado, sobre a violência contra as mulheres, até às investigações de hoje, sobre a violência de género, há um percurso de cerca de duas décadas, onde a investigação científica, a acção das ONG e de activistas individuais e as políticas públicas conheceram uma articulação que foi importante para a mudança social em este domínio.

O ponto de chegada de hoje é, também, o ponto de partida para o estudo de novos espaços sociais onde essa violência pode ocorrer, bem como da compreensão da relação mais profunda que existe entre múltiplas variáveis e sistemas de variáveis que estão na sua origem, e que constituem um factor agravante das desigualdades sociais.

Hoje, já não faz sentido analisar estes fenómenos a partir de um único tipo de variáveis, mas sim de uma perspectiva mais holística e intersistémica, como teremos oportunidade de discutir no Capítulo VI. De facto, interessa-nos compreender como se entrelaçam as desigualdades mais pessoais, onde estão presentes as variáveis biológicas e as de orientação sexual, juntamente com outras mais sociais, como as económicas e as socioculturais, onde se situa a desigualdade de género. A violência aparece-nos, assim, como a expressão social dramatizada destas mesmas desigualdades, mas também como sendo ela própria geradora de mais desigualdades. Contudo, não esqueçamos as desigualdades de classe social, de estrato, de etnia, religião e de orientação sexual. Quase sempre, elas articulam-se sistemicamente com as outras, nomeadamente as baseadas na diferença de sexo e de género, como nos mostra Sylvia Walby (2009).

Nas sociedades actuais, predominantemente heteronormativas, as desigualdades de género configuram uma assimetria de poderes entre o masculino e o feminino, que se traduz em práticas e representações sociais susceptíveis de actos de violência material e simbólica. Todavia, esta lógica binária dos géneros não encerra todas as possibilidades na construção de identidades. As diferenças de género têm constituído, nas nossas sociedades, uma dimensão identitária que tem servido à regulação social e à previsibilidade da acção social colectiva e individual, quando confinada aos papéis tradicionais de género. De facto, elas podem ser polarizadas, estigmatizadas e rigidificadas, no sentido da manutenção da ordem social vigente em um determinado momento histórico. Contudo, não são estáticas, e podem conhecer alterações significativas em poucas décadas, desde que os contextos sociais envolventes sejam favoráveis a grandes mudanças: por um lado, no binarismo que assumem em certos contextos sócio-históricos, e, por outro lado, nas múltiplas e novas expressões que podem ter ao transformarem-se. De facto, os géneros masculino e feminino não encerram todas as possibilidades de identidade de género.

É certo que este binarismo facilita uma leitura social simplista do ser homem e mulher, do ser marido e esposa, ou seja, de uma heteronormatividade relacional, determinante para a manutenção de um tipo de conjugalidade, mas que é ela própria geradora e causa de violência. É por isso que, para fugir a esta armadilha redutora das relações na intimidade, alguns textos propõem uma nova abordagem, mais centrada na Pessoa. Uma Pessoa plural, e não circunscrita a um único papel social, que ao não ser se deixar aprisionar em uma única configuração social, reduz também a possibilidade de uma hierarquização polarizada em poderes geradores de violência. Os trabalhos de Judith Butler (1990) e de Teresa de Lauretis (1991) foram importantes a esse nível.

Por outro lado, quando cruzamos a dimensão de género com outras lógicas que igualmente produzem a segregação social, como é o caso da discriminação pela orientação sexual, verificamos que novos mecanismos de violência simbólica e material podem ocorrer. Também neste caso, historicamente, o binarismo tem alimentado, e sido alimentado por, relações sociais de poder,

segregadoras e marginalizadoras da não-heterossexualidade, e fortemente violentas para as pessoas que dela se reclamam. A História encarregou-se de mostrar-nos que essa violência tem sido legitimada por instituições diversas: desde as religiões à Medicina, passando pela Justiça; em uma trilogia sequencial, mas também socialmente cumulativa, que discrimina e penaliza o pecador, o criminoso e o doente. Paradoxalmente, por vezes, um dos binarismos – de género ou de orientação sexual – inscreve o outro, dando lugar à produção de uma nova desigualdade geradora de violência.

Em Portugal, os estudos efectuados mostram que a ocorrência de violência nas relações de intimidade é mais provável em contextos de maior vulnerabilidade: seja pela menor visibilidade das relações interpessoais onde se manifesta, seja pela estigmatização e exclusão social das pessoas envolvidas. As principais vítimas são as mulheres em geral e as minorias por razões étnicas, de cor de pele e de opção sexual. Se a estes elementos juntarmos outros, como o ser estrangeira e ser pobre, então ficamos numa situação social extrema, que, por um lado, é em si violenta, mas é, também, fortemente potenciadora de novas violências.

Tudo indica que a hierarquização das diferenças identitárias em relações de poder constitui a principal causa e é consequência da violência praticada nas relações de intimidade, e que a polarização dentro de cada identidade é um factor facilitador da constituição dessas mesmas hierarquias.

1. Realidade, conhecimento e mudança social: investigação sobre a violência de género e as políticas públicas em Portugal

Nos últimos quarenta anos, Portugal viveu um processo único ao nível europeu, em termos da passagem da uma ditadura para uma democracia parlamentar, baseada em partidos políticos. O país deu passos decisivos na modernização da sociedade, nos planos económico, político, social e cultural. Em todas estas dimensões, Portugal fez a transição, de uma sociedade tradicional e fechada, com uma estrutura social dual e piramidal, acentuando

um modo de vida provinciano e centrado na vida privada, para uma sociedade mais aberta, democrática, participativa, com vida pública de organizações e pessoas, trazendo novas práticas e valores, promotores de uma maior igualdade e justiça social. Apesar destas mudanças, no contexto europeu, Portugal é um país de *modernização tardia*, acelerada apenas após o 25 de Abril de 1974.

Naturalmente, este processo de modernização e democratização nunca se encontraria completo sem uma verdadeira igualdade de género, em todas as dimensões: nos campos económico e político, mas também na intimidade e nas relações interpessoais (Giddens, 1992). Após 1974, algumas questões relativas à não discriminação das mulheres e à igualdade de direitos face aos homens começam a emergir no debate e acção públicos. É um longo processo, que faz sair as mulheres da penumbra e ocultação na vida privada para, progressivamente, passarem a figurar no primeiro plano da esfera pública. O caso do combate à violência contra as mulheres, violência doméstica e violência de género é disso exemplo paradigmático. Nesse processo, a investigação feita dentro da Academia deu um contributo significativo. Vejamos, em seguida, como, em Portugal, a investigação de cunho científico, em uma primeira fase essencialmente aplicada, contribuiu pra as políticas públicas e a intervenção social.

No domínio das ciências sociais, e em particular da Sociologia, o período posterior a 1974 é marcado pela existência de uma forte relação entre a investigação, que estava dar os primeiros passos, e a realidade social, que fervilhava no dia-a-dia da rua, com o emergir de múltiplos problemas e a procura de soluções eficazes para resolvê-los. A investigação que se vinha fazendo desde o final dos anos sessenta, nomeadamente em torno do GIS e da *Análise Social*, podia agora assumir-se, completamente, como um meio de referência na produção de um conhecimento que iria ser relevante para a mudança social que começava a dar-se em Portugal. Inicia-se, portanto, um período muito fecundo na produção de uma *investigação aplicada*, sustentada teoricamente, e que iria ser de grande importância, tanto na intervenção social, como na construção do campo da Sociologia.

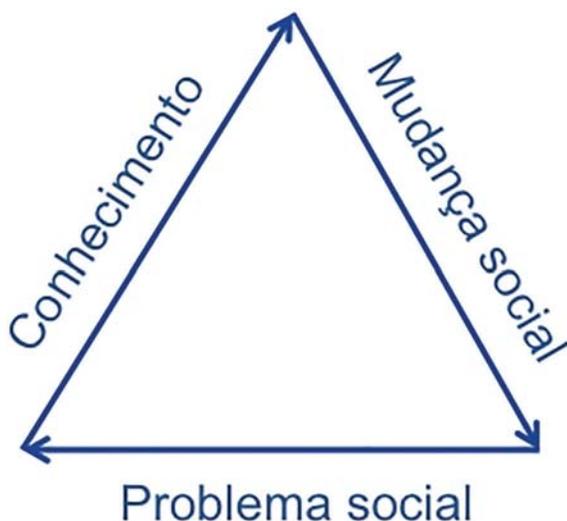


Figura 1 – Problema Social, Conhecimento e Mudança Social

No caso da violência contra as mulheres, a investigação aplicada partiu da realidade das mulheres vítimas que conseguiram denunciar os actos aos serviços de atendimento da CIDM¹. Começou por mapear-se todas as dimensões da violência, incluindo os custos pessoais, sociais e económicos, para mais tarde estudar as suas causas estruturais. O processo de produção deste conhecimento, de cunho científico, assentou em equipas de investigação académicas e multidisciplinares, mas nunca excluiu as ONG e outros técnicos e activistas directamente relacionados com a intervenção. O seu objectivo principal era conseguir que o conhecimento ajudasse a mudar a realidade, auxiliando as políticas públicas e a intervenção de todos os actores sociais envolvidos. Para isso, foram utilizadas metodologias mistas, que reuniam abordagens quantitativas e qualitativas.

¹ Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

No longo período já referido, que começou na década de 70 e chegou até aos dias de hoje, podemos identificar cinco fases na produção de conhecimento sobre a violência contra as mulheres, a violência doméstica e a violência de género:

- 1974-1995: Investigação mais qualitativa
- 1995-2000: Investigação mais quantitativa
- 2000-2006: Investigação quantitativa e qualitativa
(os custos da violência)
- 2006-2010: Investigação quantitativa e qualitativa
(o estudo da violência de género)
- 2010-2015: Metodologias mistas e sistémicas

Vejamos, pois, o tipo de conhecimento produzido, as metodologias utilizadas em cada etapa e o modo como se articulam com as políticas públicas.

De 1974 a 1995, a investigação teve um pendor essencialmente qualitativo, e foi, em grande medida, realizada por activistas feministas. Baseava-se, sobretudo, na descrição e estudo de casos particulares de violência contra as mulheres, que eram tonados públicos através de livros e artigos de jornais, com o objectivo de influenciar as políticas públicas. Todavia, nem sempre esse conhecimento tinha os argumentos necessários para reforçar as posições de quem, junto do poder político central, pretendia ir mais longe nas medidas de combate à violência e protecção das vítimas. As leis existentes ainda eram insuficientes e as acções de várias organizações do Estado, como as polícias e os tribunais, revelavam-se manifestamente tímidas. Na argumentação política entre quem era favorável a mais e melhores medidas e que resistia, assistia-se a uma espécie de «soma zero». A um ou dois casos revelados de mulheres vítimas, era contraposta meia dúzia de não vítimas e, no final, ficava sempre a dúvida sobre a prevalência da vitimização. Como a investigação veio a revelar mais tarde, esta falsa evidência empírica escondia aquela que é, ainda hoje, uma das características mais marcantes deste tipo de violência, que é a sua ocultação, nomeadamente, pelas vítimas.

Assim, após este primeiro momento, onde a violência contra as mulheres emergiu enquanto problema individual e social, colocavam-se algumas questões, a que a investigação deveria responder:

- No que diz respeito à prevalência, qual a dimensão nacional do fenómeno?
- Quais as principais características dos diferentes tipos de violência?
- Quais as características sociais dos actores envolvidos (vítimas e agressores)?
- Qual a reacção das vítimas?
- Em que contextos ocorrem os actos de violência?

A resposta a estas questões viria a ser dada através de um estudo feito na UNL, em 1995. Como era expectável, tratou-se de uma investigação essencialmente quantitativa, produzida no âmbito da Sociologia, ainda que contando com a contribuição de outras áreas científicas, como o Direito e a Psicologia. Tratou-se do primeiro inquérito nacional sobre a «violência contra as mulheres», estatisticamente representativo das mulheres residentes no Continente com 18 ou mais anos, para uma margem de erro de 5% e um nível de confiança de 95%. foi levado a cabo em 1995, por uma equipa da FCSH/UNL, e os resultados foram publicados em livro (Lourenço, Lisboa & Pais, 1997), mostrando o seguinte:

- Cerca de uma em cada duas mulheres (48%) foi vítima de pelo menos um acto de violência física, psicológica ou sexual, no último ano ou em anos anteriores;
- A maioria dos actos ocorreu no contexto doméstico/familiar;
- Menos de 1% das vítimas recorreu à polícia ou aos tribunais, apesar de a lei de 1991 já penalizar a maioria dos actos previstos no questionário;
- De um modo geral, e de um ponto de vista estatístico, a vitimização não é específica de um estrato social ou categoria etária, mas verificou-se em todos.

Pela primeira vez, havia resposta para a questão da prevalência da violência contra as mulheres – o estudo revelou, de forma clara,

a dimensão dramática do problema da violência contra as mulheres na sociedade portuguesa. Afinal, não se tratava de um fenómeno residual, que afectava só algumas pessoas, mas sim quase metade das mulheres. Iguamente, não era um problema focado socialmente, mas sim disseminado por todo o tecido social. E o espaço da casa/família, que deveria ser o lugar mais protegido para as vítimas, afinal, era o mais perigoso – também porque ocultava os actos; só uma percentagem muito pequena destes chegava às polícias e tribunais. Estes resultados tiveram um impacto significativo nas políticas públicas nacionais, fomentando alterações legislativas. Entre outras, a violência doméstica contra as mulheres passou a ser considerada crime público, e as polícias iniciaram um programa de melhoria das condições de atendimento, criando um espaço próprio dentro de cada esquadra da PSP. O atendimento das vítimas passou a ser feito por mulheres polícias, que recebiam formação específica.

Na fase seguinte, de 2000 a 2006, era necessário conhecer outras dimensões sociais e individuais do fenómeno – nomeadamente, o impacto que a violência tinha naquelas dimensões. Nesse sentido, a equipa da FCSH/UNL levou a cabo vários estudos, tendo em vista o conhecimento dos custos pessoais, sociais e económicos da violência. Trata-se de investigações multidisciplinares, quantitativas e qualitativas (recorrendo, pela primeira vez, a metodologias mistas), realizadas em contexto académico, por investigadores de várias universidades. Abrangem a área da Sociologia, que lidera os estudos, da Economia, da Medicina, da Psicologia, das Ciências da Educação e do Direito.

O tema dos custos da violência, nas suas múltiplas formas e tipos, era totalmente novo na investigação em Portugal, e estava a dar os primeiros passos no estrangeiro. Depois de saber qual a prevalência da violência, faltava conhecer as suas consequências; era importante que os agentes políticos tivessem consciência de que a violência contra as mulheres tinha custos, que poderiam ser medidos. Faltavam na investigação os conceitos e os instrumentos para os observar e medir.

A equipa da FCSH/UNL (na época sediada no SociNova, actual CICS.NOVA), em colaboração com investigadores de outras universidades, realizou três estudos naquele domínio: Os

custos sociais e económicos da violência contra as mulheres, em colaboração com a CIDM (2001-2004); *Estudo sobre as relações existentes entre a saúde das mulheres e as várias dimensões de violência de que tenham sido vítimas*, em colaboração com Ministério da Saúde – Direcção-Geral da Saúde (2001-2005); e *Custos económicos da prestação de cuidados de saúde às vítimas de violência*, também em colaboração com o Ministério da Saúde – Direcção-Geral da Saúde (2006-2008). Os resultados destes estudos revelam as graves consequências da violência, tanto na vida individual das vítimas, como ao nível social. Vejamos, de seguida, alguns exemplos, que irão ser importantes para o desenvolvimento das políticas públicas: no que se refere aos custos económicos resultantes da violência doméstica contra as mulheres, os custos com a saúde são 22% mais elevados nas vítimas do que nas não vítimas², o que significa 140 euros por ano por vítima, e se traduz em cerca de quarenta milhões de euros ao ano. A reforçar a ideia de que este tipo de violência diz respeito a todas as pessoas, refira-se que 90% daquele valor é suportado pelo SNS.

No que respeita às dimensões mais pessoais dos custos, salientemos apenas alguns exemplos: a probabilidade de separação forçada de alguém importante é três vezes mais elevada nas vítimas do que nas não vítimas; passa-se o mesmo na dificuldade em encontrar emprego (duas vezes mais elevada), na possibilidade de despedimento (duas vezes mais elevada) e na dificuldade em ser promovida (cerca de duas vezes mais elevada). Igualmente, há na saúde física vários indicadores de que os custos nas vítimas são mais elevados do que nas não vítimas: equimoses/hematomas (duas vezes mais elevados); intoxicações (duas vezes mais elevadas); hemorragias (duas vezes mais elevadas). Na saúde psicológica, regista-se acréscimo ao nível de: pânico (duas vezes mais elevado nas vítimas); tristeza (quatro vezes mais elevada); sensação de desespero (seis vezes mais elevada); solidão (duas vezes mais elevada); tentativas de suicídio, sem ser sob o efeito de droga ou álcool (cinco vezes mais elevadas). Os estudos revelaram também que alguns destes custos têm um efeito directo nas vítimas, mas também indirecto em outras pessoas, nomeadamente, as que estão

2 No Capítulo V, serão explicados detalhadamente os indicadores usados nos cálculos.

mais próximas. O impacto pode ser sentido no momento imediato ao acto, ou prolongar-se no tempo e ao longo de toda a vida.

A investigação qualitativa revelou, também, que a violência contra as mulheres é influenciada pelos valores, modelos e papéis sociais de género, tanto dos agressores, como das vítimas. Se, por um lado, estes resultados mostravam a importância e o peso dos custos da violência, tanto no plano individual da vítima como social, por outro lado, davam indícios claros de que ela estava associada às desigualdades de género.

Do ponto de vista das políticas públicas, assistiu-se a um reforço considerável das medidas, tanto no plano legislativo e acção das polícias, como no apoio e reforço das casas abrigo para as vítimas. No essencial, mantinham-se as políticas de combate à violência e a protecção das vítimas. De algum modo, prevalecia a ideia de que estávamos perante um fenómeno conjuntural, de resolução a curto prazo. Todavia, tanto os resultados dos estudos sobre os custos da violência, como os da violência mais grave detectada nos Institutos de Medicina Legal (Lisboa, Barroso & Marteleira, 2003) mostravam que a violência doméstica contra as mulheres não só poderia acompanhar as vítimas desde muito cedo, na fase do namoro, como poderia resultar de causas mais profundas e estruturais, enraizadas historicamente. Um novo desafio era colocado à investigação, no sentido de analisar essas causas estruturais.

De 2006 a 2010, entra-se em uma nova fase, marcada pela investigação multidisciplinar, quantitativa e qualitativa, de âmbito nacional, que tem como objectivo o levantamento empírico de dados sobre a violência de género exercida contra as mulheres.

Em 2007, a equipa de investigação da FCSH/UNL, com a colaboração de investigadores de outras faculdades e universidades, realiza o primeiro inquérito nacional que compara a violência contra as mulheres e a violência contra os homens, intitulado *Violência de Género*. Este estudo também faz a comparação temporal da violência contra as mulheres em dois momentos – 1995 e 2006. Mais tarde, em 2008, foi replicado nas nove ilhas dos Açores, dando lugar ao primeiro inquérito regional sobre a violência de género, que veio a servir de base para a elaboração do I Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica

nos Açores. Os inquiridos continham, nos questionários, vários indicadores que permitiram comparar a violência exercida contra os homens e as mulheres, e, deste modo, validar a hipótese de que, na gênese da violência que é exercida contra as mulheres, estão sobretudo valores, modelos e papéis sociais, mais ou menos estigmatizados, relacionados com as desigualdades de género.

A metodologia utilizada foi igualmente desenhada com o objectivo de realizar uma análise comparativa. Os resultados mostraram que a violência contra os homens é distinta da que é exercida contra as mulheres. No primeiro caso, trata-se de uma violência semelhante à que é detectada nos inquiridos de vitimização em geral: abrange todas as pessoas, e é praticada, sobretudo, fora de casa, e por outros homens (77,9%); no segundo, os autores são maioritariamente homens (74,7%), a violência ocorre, sobretudo, em casa ou no contexto de relações íntimas, é exercida por maridos, parceiros e namorados e tem entre as suas principais causas o ciúme e valores de masculinidade e feminilidade, que se traduzem em relações de poder, baseadas em desigualdades de género. Os resultados destes estudos deram sustentação empírica para afirmar, pela primeira vez a nível nacional, que a violência exercida contra as mulheres, incluindo a doméstica, é sobretudo uma violência de género. O estudo realizado nos Açores confirmou os resultados obtidos no Continente.

Tornava-se claro que estávamos perante um problema estrutural, e não conjuntural. De facto, as desigualdades de género – binárias – são uma construção sócio-histórica, a partir da diferença de sexo mulher-homem, que se reproduz ao longo do tempo, passando de geração em geração. Do ponto de vista das políticas públicas, tornava-se claro que tratava-se de um problema social, não resolúvel a curto prazo, mas exigindo mediadas continuadas, no sentido de interromper e quebrar os mecanismos de produção e reprodução sociocultural. Além do combate, era necessário, também, prevenir – tanto no imediato, evitando a repetição da vitimização, como a longo prazo, actuando nas novas gerações.

O III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica previa já algumas medidas ao nível da prevenção, mas só o IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica as desenvolve. Do ponto de vista da investigação, novas questões se levantavam: de que modo

as dimensões estruturais de género influenciam o comportamento individual, de vítimas e agressores? Como é que se foi fazendo a inscrição dos estereótipos, valores e modelos socioculturais de género ao longo do processo de socialização?

A resposta a estas questões começou a ser desenhada a partir dos resultados produzidos por dois projectos pluridisciplinares, realizados entre 2009 e 2015, e promovidos pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. O primeiro, com o título *Rupturas, emoções e sentimentos e desigualdades de género* (2009-2011), procura analisar, de um ponto de vista sócio-histórico, a produção e reprodução dos modelos de masculinidade e feminilidade desde o século XIX, bem como a sua inscrição individual nas vítimas através das emoções sociais. Mais tarde, este projecto foi aprofundado por Dalila Cerejo (2014), no âmbito da sua tese de doutoramento. O segundo, sobre a *Mutilação genital feminina em Portugal* (2014-2015), mostra a influência dos contextos socioculturais na prática de actos violentos contra as mulheres. Do ponto de vista metodológico, os dois estudos recorrem a metodologias mistas, a partir de uma perspectiva sistémica e interdisciplinar. Mais à frente, os capítulos escritos por Dalila Cerejo e por mim próprio abordarão alguns dos aspectos epistemológicos, teóricos e metodológicos usados nessas investigações, e que, julgo, possibilitam o uso de novas metodologias para o estudo de objectos sociais, numa abordagem mais holística, que leva em consideração a sua complexidade.

Em síntese, nos últimos trinta anos, em Portugal, o conhecimento produzido segundo critérios científicos alimentou a possibilidade de alterar a realidade social, através da sua articulação e influência nas políticas públicas, no âmbito da violência contra as mulheres, doméstica e de género. A investigação passou de uma perspectiva disciplinar e aplicada a uma pluridisciplinar e fundamental, obrigando, cada vez mais, a fazer rupturas epistemológicas e procurar novas metodologias, que deem conta de uma abordagem mais holística do fenómeno.

Do ponto de vista das políticas públicas, podem apontar-se três fases: no início, a violência contra as mulheres era considerada um assunto de direitos humanos, sendo esse o sentido do reforço dos instrumentos legislativos e policiais verificado; depois, pela

sua prevalência e custos associados, passou a ser tida como um problema político, cuja resolução era essencial para construir uma sociedade democrática; finalmente, na última década, o seu estudo passou a focar-se nas causas que a produzem e reproduzem, e, em consequência, o foco estratégico da intervenção passou a ser, sobretudo, a prevenção.

2. Questões éticas na investigação da violência contra as mulheres: a protecção da pessoa inquirida

A fidelidade aos princípios éticos é absolutamente fundamental na prática da investigação científica, tanto em relação ao objecto de estudo, como às consequências que podem resultar da própria pesquisa. Esta questão está particularmente presente em temas mais sensíveis da vida íntima das pessoas, como é o caso da violência.

No primeiro inquérito nacional que fizemos sobre a *Violência Contra as Mulheres*, em 1995, esperávamos mesmo que houvesse uma grande resistência à participação por parte das inquiridas. A realidade mostrou que isso não só não aconteceu, como, pelo contrário, muitas vítimas aproveitaram o momento da entrevista para falarem de si e darem visibilidade aos actos, expondo-se perante a inquiridora que administra o questionário. Tal facto aumentou, em muito, a nossa responsabilidade ética enquanto cientistas. A partir daquele momento, passámos a ser portadores, não só da informação que a inquirida nos tinha fornecido relativamente ao objecto de estudo, mas também da sua vivência emocional, ou mesmo de alguns segredos mais privados. Esta questão tornava-se ainda mais relevante, uma vez que verificámos que, ao longo do próprio processo da inquirição, a inquirida ia mudando, não só emocionalmente, como também ao nível da percepção, consciência e racionalidade relativamente aos actos de que tinha sido vítima. O tipo de perguntas, o seu conteúdo, a forma e sequência com que eram feitas contribuía para que a inquirida começasse a olhar para os actos de outro modo. A pessoa que tinha terminado o inquérito já não era a mesma que o tinha iniciado.

Do ponto de vista metodológico, esta questão obriga-nos a reflectir, criticamente, sobre os limites da neutralidade dos instrumentos de investigação na Sociologia. Em outras situações de inquirição, e face à natureza deste tipo de violência – oculta e feita de um «policciamento» e escrutínio muito finos, não só por parte da pessoa agressora, como do meio familiar envolvente –, os pequenos sinais emocionais podem ser percebidos por outra pessoa em uma qualquer interacção, pelo que torna-se necessário ter um cuidado extremo para que do acto de inquirição não resulte mais violência – muitas vezes sob a forma de retaliação, ou de «tortura», tendo em vista a obtenção de informação, que, na percepção do agressor, lhe permita manter o controlo da relação.

Em todas estas situações com que nos deparamos nos vários inquéritos realizados ao longo de mais de duas décadas, foi necessário tomar cuidados metodológicos específicos, face à natureza dos actos e às mudanças que foram ocorrendo, em termos da respetiva criminalização – desde logo, ao nível da formação das pessoas inquiridoras que, além das competências técnicas, devem, também, estar preparadas para resolver tais situações. Por exemplo, sabendo mudar, rapidamente, de papel de inquiridora para, por exemplo, vendedora de livros, se o hipotético agressor se aproximar do local onde está a decorrer a entrevista. Igualmente, e apesar de a pessoa inquiridora não dever ter uma intervenção directa na resolução do problema, deve levar consigo informação com contactos de apoio que possam ser úteis à vítima (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – APAV, Comissão para Cidadania e Igualdade de Género – CIG, Organizações Não Governamentais – ONG, Polícia).

O caso que apresentamos em seguida, relativo ao inquérito às mulheres utentes dos Centros de Saúde, sobre os custos da violência ao nível da saúde, é um bom exemplo dos cuidados que é necessário ter com a protecção das pessoas inquiridas, desde a fase da construção do questionário até à sua aplicação.

Estudo sobre as relações existentes entre a saúde das mulheres e as várias dimensões de violência de que tenham sido vítimas:

– 46 Centros de Saúde, 2300 inquéritos válidos

– Realização do trabalho de campo: Outubro-Dezembro, 2003

O questionário do inquérito começou por ser submetido ao parecer e discussão dos membros da Comissão de Acompanhamento e de técnicos da Direcção Geral de Saúde (DGS), cuja colaboração se revelou importante, não só no afinamento das perguntas, como na sua adequação às questões éticas relacionadas com a saúde. O princípio consistia em não perguntar mais do que era absolutamente necessário para o objecto de estudo, evitando as questões mais intrusivas.

A administração definitiva do questionário foi precedida do recrutamento e formação de oito inquiridoras e da realização de um pré-teste. As inquiridoras que participaram no trabalho de campo eram, na sua maioria, experientes na realização de inquéritos sociológicos desta natureza, licenciadas e alunas finalistas de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. O pré-teste permitiu corrigir aspectos de linguagem do questionário, reforçar as recomendações às inquiridoras e decidir a melhor forma de colocar as questões.

Antes de dar início ao trabalho de campo, realizaram-se reuniões com todos os directores (ou seus representantes) dos Centros de Saúde seleccionados para a amostra, no sentido de esclarecer pormenorizadamente os objectivos do projecto, bem como as condições logísticas indispensáveis à sua boa execução e protecção da privacidade das pessoas a inquirir. A ida das inquiridoras aos Centros de Saúde foi acordada com os seus responsáveis, de modo a não dificultar o normal funcionamento das consultas. Procurou-se que o trabalho de campo fosse integrado, o mais possível, no normal funcionamento diário dos Centros de Saúde, de modo a evitar qualquer destaque para o acto de inquirição.

A selecção das mulheres a inquirir foi feita aleatoriamente, após a sua deslocação ao Centro de saúde para consulta. No final da consulta, a paciente deveria ser convidada pelo seu médico a participar no estudo. Havendo o acordo da mulher seleccionada,

procedia-se à realização da entrevista, em local onde estivessem criadas todas as condições para que as inquiridas pudessem responder às perguntas do questionário, sem constrangimentos exteriores decorrentes da presença de outras pessoas. Deste modo, procurou-se que o acto de inquirição surgisse na sequência de, e em contínuo, com o acto médico, num espaço contíguo, completamente fora da percepção do pessoal não técnico que estivesse no Centro de Saúde.

Deste modo, almejou-se que alguém que acompanhasse a mulher inquirida, inclusive o próprio agressor, não pudesse perceber que tinha havido mais algum acto para além do acto médico. De facto, sabíamos, por estudos anteriores, que, habitualmente, os agressores procuram o isolamento das vítimas, pelo que a desconfiança de que elas possam contactar mais alguém para além do médico, só por si, pode desencadear novos actos de violência.

A duração média da administração de cada questionário foi de 21 minutos. Atendendo à delicadeza das questões abordadas no questionário, e à eventualidade de algumas poderem espoletar reacções psicossociais e jurídicas que exigiriam um apoio técnico especializado, as inquiridoras eram portadoras de contactos da *Emergência Social* do M.S.S.S., da APAV e da CIDM, que disponibilizaram às mulheres inquiridas sempre que solicitado.

Bibliografia

- BARROS, Pedro P.; LISBOA, Manuel; CEREJO, Dalila & BARRENHO, Eliana (2008). “Health Care Costs of Domestic Violence Against Women — Evidence from Portugal”, in *SSRN*, 15.
- BARROSO, Zélia (2007). *Violência nas Relações Amorosas*. Lisboa: Colibri.
- BUTLER, Judith (1990). *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. London: Routledge.
- CEREJO, Dalila (2014). *Viver sobrevivendo: emoções e dinâmicas socioculturais nos processos de manutenção das relações conjugais violentas*. Lisboa: FCSH/UNL (dissertação de doutoramento).
- GIDDENS, Anthony (1992). *The Transformation of Intimacy*. Cambridge: Polity Press.

- LAURETIS, Teresa (1991). “Queer theory, lesbian and gay studies: An introduction”, in *Differences: A journal of feminist cultural studies*, 3/2, pp: iii-xviii.
- LISBOA, Manuel (coord.); BARROSO, Zélia & MARTELEIRA, Joana (2003). *O Contexto Social da Violência Contra as Mulheres Detectada nos Institutos de Medicina Legal — Síntese dos resultados obtidos nos Institutos de Medicina Legal de Coimbra e Porto*. Lisboa, CIDM.
- LISBOA, Manuel (coord.) et al. (2003), *Os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres. Síntese dos resultados do Inquérito Nacional, de 2002*. Lisboa, CIDM.
- LISBOA, Manuel; VICENTE, Luísa & BARROSO, Zélia (2005). *Saúde e Violência Contra as Mulheres. Estudo Sobre as Relações Existentes Entre a Saúde das Mulheres e as Várias Dimensões de Violência de que Tenham Sido Vítimas*. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde.
- LISBOA, Manuel; FRIAS, Graça; ROQUE, Ana & CEREJO, Dalila (2006), «Participação das Mulheres nas Elites Políticas e Económicas no Portugal Democrático (25 de Abril de 1974 a 2004)», in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 18, pp. 163-187.
- LISBOA, Manuel; CARMO, Isabel; VICENTE, Luísa; NÓVOA, António; BARROS, Pedro P.; ROQUE, Ana; SILVA, Sofia; FRANCO, Luísa & AMÂNDIO, Sofia (2006). *Prevenir ou Remediar — os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres*. Lisboa: Ed. Colibri.
- LISBOA, Manuel (coord.); BARROSO, Zélia; PATRÍCIO & LEANDRO, Alexandra (2009). *Violência e Género*. Lisboa: CIG.
- LOURENÇO, Nelson; LISBOA, Manuel & PAIS, Elza (1997), *Violência Contra as Mulheres*. Lisboa: CIDM.
- PAIS, Elza (1998), *Homicídio Conjugal em Portugal. Rupturas Violentas de Conjugalidade*. Lisboa: Hugin Editores (1.ª edição).
- PAIS, Elza (2015). *Uma década pela igualdade e contra a violência de género*. Viseu: Edições Esgotadas.

Esta obra aborda questões metodológicas e epistemológicas cruciais para o desenvolvimento da investigação sociológica actual. Ela traduz um momento de síntese do conhecimento sobre as metodologias no campo da Sociologia e faz uma meta-reflexão a partir dos problemas e soluções encontradas em mais de duas dezenas de investigações empíricas. Inclui estudos com diferentes âmbitos geográficos (nacional, regional e local), centrados na actualidade ou recuando no tempo sempre que necessário, com abordagens metodológicas variadas (qualitativas, quantitativas e mistas) e que recorrem a escalas de observação distintas (macro, meso e micro). Este livro de metodologia não pretende substituir os manuais já existentes, não repetindo as questões aí abordadas. Ele deve ser entendido como um instrumento metodológico complementar, com questões e temáticas que resultam da experiência de pesquisa, na área das Ciências Sociais, de uma ampla e pluridisciplinar equipa de investigação, ao longo dos últimos 25 anos. Ele percorre as principais fases e momentos da pesquisa, esperando-se que constitua um instrumento útil para estudantes, investigadores e investigadoras.



ISBN 978-989-755-223-6



9 789897 552236